

CONSTITUINTE

ANC pag. 2

Ordem Econômica gera nova disputa na Aliança

Os principais cargos da Comissão da Ordem Econômica — o de presidente e relator — ficarão mesmo em mãos dos partidos majoritários, PFL e PMDB, respectivamente, segundo acordo concluído ontem, no final da tarde entre o líder do Partido da Frente Liberal na Câmara, deputado José Lourenço (BA) e pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP). O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, que também participou dos acordos finais entre os dois partidos, afirmou que o PFL conquistou todos os cargos que queria nas nove comissões. "Eles estão nadando de bráçáda na Cons-

tituinte", comentou o senador paulista.

Para a presidência da Comissão da Ordem Econômica, o nome mais cotado pela liderança do PFL é o do senador pernambucano, José Lins, que inclusive já recebeu aprovação de alguns representantes do PMDB, dentre eles, o senador Fernando Henrique Cardoso. Para assumir a função de relator da comissão, o PMDB terá que escolher entre os nomes do senador Severo Gomes (SP), apoiado por políticos considerados de centro-esquerda e esquerda, e o do deputado, também por São Paulo, Roberto Cardoso Alves, que conta com o apoio maciço de políticos de centro-direita e direita.

Além do senador Severo Gomes e do deputado Roberto Cardoso Alves, há um terceiro nome dentro do PMDB que está disputando o cargo: o deputado Virgíldio Senna (BA), também apoiado pela ala mais progressista do PMDB e pelos partidos menores, como PSB, PT, e PC. Segundo informações colhidas junto aos deputados que integram a lista dos constituintes que elaborarão projetos na Comissão da Ordem Econômica, existe uma grande preocupação de que a relatoria caia em mãos de representantes de setores políticos mais conservadores, o que poderá constituir um impedimento para que a comissão avance em

propostas de interesse social, em assuntos polêmicos como reforma agrária, política agrícola e fundiária e regime de propriedade do subsolo.

As eleições para os cargos de presidente, relator e dos dois vice-presidentes da Comissão da Ordem Econômica serão realizadas a partir das 15 horas de hoje. Amanhã será a escolha dos nomes dos presidentes, relatores e vice-presidentes das três subcomissões: a) Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo, e da Atividade Econômica; b) Questão Urbana e Transporte; e c) Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária.

Esquerda manda na dos Poderes

A julgar pelo perfil ideológico de seus componentes, a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo terá uma atuação marcadamente esquerdista. A começar pela relatoria-geral do grupo, disputada pelos progressistas Egidio Ferreira Lima (PE) e José Fogaca (RS), ambos do PMDB.

Entre as três subcomissões do órgão, duas relatorias já estão definidas: a do Poder Executivo ficará com o deputado Osvaldo Macedo (PMDB-PR) e a do Poder Judiciário será ocupada pelo petista Plínio de Arruda Sampaio (SP). O primeiro faz parte da ala progressista do seu partido, o outro é esquerdista.

Até o início da noite de ontem, o relator do subgrupo do Poder Legislativo ainda não havia sido definido, mas já se sabia que o cargo ficará com o PMDB e é pleiteado pelos deputados José Costa (AL) e Jorge Hage (BA).

Outro esquerdista está praticamente definido para a presidência da subcomissão do Poder Executivo: o deputado paraibano Agassiz de Almeida, do PMDB. A presidência da Comissão de Organização dos Poderes deve caber ao também peemedebista Moysés Pimentel.

Dos 63 membros, 50 por cento são considerados parlamentares de esquerda ou centro-esquerda. A outra metade é dividida, em partes relativamente iguais, entre constituintes de centro e de direita.

Entre os expostos da maioria ala progressista do grupo, está o deputado Egidio Ferreira Lima, o líder peemedebista Luiz Henrique e o senador Mauricio Corrêa. Na direita minoritária, brilham os senadores Luiz Viana Filho e Hugo Napoleão e o deputado Bonifácio de Andrada.

Progressistas temem lobby na Educação

Embora presentes em bom número na Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicações, os constituintes progressistas deverão enfrentar dificuldades para aprovar suas teses, pela pressão de fortes grupos econômicos junto aos parlamentares de centro ou de direita. Candidato a relator da comissão, o deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) prevê dois fortes adversários: a Rede Globo e a IBM. Já Hermes Zaneti (PMDB-RS), outro candidato a relator, estabelece como oponentes as escolas da rede particular de ensino.

O maior problema para os parlamentares de esquerda será justamente esta ação de agentes externos dentro da Constituinte, através dos lobbistas profissionais, até porque os parlamentares de direita geralmente não se identificam voluntariamente. O trabalho será feito nos bastidores e o resultado práti-

co será conhecido somente no momento das votações. São poucos, nesta comissão, os parlamentares que apresentam e defendem sem constrangimento propostas conservadoras.

Na subcomissão de Educação, estarão defendendo o ensino pago, "para quem pode pagar", como salientam, os deputados Bezerra de Melo (PMDB-CE), proprietário da Faculdade de Mogi das Cruzes, e Arnold Fioravante (PDS-SP), um dos proprietários das Faculdades Metropolitanas Unidas. O ensino público será defendido pelos constituintes Hermes Zaneti, ex-presidente da CPB (Confederação dos Professores do Brasil); Florestan Fernandes (PT-SP), João Calmon (PMDB-ES) e Pompeu de Souza (PMDB-DF), além de outros.

Na subcomissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação, a esquerda estará representada por todos os partidos.

Prisco já tem vaga assegurada

O deputado Prisco Viana (PMDB-BA), amigo pessoal do presidente José Sarney, deverá ser o relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, e assim participar da Comissão de Sistematização, apesar das restrições de alguns setores do PMDB que não queriam ver o deputado baiano chegar à principal comissão da Constituinte com a credencial de relator de uma comissão temática.

Especialista em legislação eleitoral, e defensor do voto distrital, Prisco Viana foi secretário-geral do PDS, quando o partido era presidido pelo então senador José Sarney. Para a presidência da comissão temática, foi indicado o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA).

A comissão é dividida em três subcomissões. Para relator de uma delas, a que tratará da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, concorre o deputado José Tavares (PMDB-PR), que foi delegado de polícia de carreira durante oito anos, e está preocupado principalmente com a segurança da população. E nesta subcomissão que será tratado, entre outros temas, o papel das Forças Armadas.

As duas outras subcomissões examinarão o sistema eleitoral e partidos políticos e a garantia da Constituição, reformas e emendas.

ORDEM SOCIAL

A presidência da Comissão da Ordem Social deverá ficar com o PFL, mas o relator considerado cargo mais importante do que o presidente poderá ser mesmo o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), cotado como o mais forte candidato.

Comissões elegem hoje	
<p>8 horas — Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.</p> <p>9 horas — Comissão da Organização do Estado.</p> <p>10 horas — Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.</p> <p>11 horas — Comissão da Organização Eleitoral.</p>	<p>Partidária e Garantia das Instituições.</p> <p>14 horas — Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.</p> <p>15 horas — Comissão da Ordem Econômica.</p> <p>16 horas — Comissão da Ordem Social.</p> <p>17 horas — Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.</p> <p>Para amanhã, estão previstas as votações nas subcomissões, a partir das 9 e até às 17 horas.</p> <p>O presidente e vice-presidentes da Comissão de Sistematização serão eleitos na sexta-feira, às 9 horas.</p>

Frejat propõe diretas já para o Buriti

Advertindo que os acontecimentos do Setor Bancário Sul mostram a falta de comprometimento de um governador nomeado, o deputado Jofran Frejat (PFL-DF) apresentou emenda constitucional determinando a realização de eleições diretas para governador do Distrito Federal.

Frejat diz que Brasília não pode continuar sendo dirigida por um governador que nada tem a ver com suas tradições e não tem maiores implicações com seu futuro. O alheamento do governador José Aparecido segundo o deputado é uma consequência dessa falta de vínculos.

Na justificativa da emenda, a primeira que trata de eleições diretas, ressalta o deputado Jofran Frejat que é de tradição republicana que o Distrito Federal tenha representação política na Câmara e no Senado. Essa orientação, a nível de direito comparado, encontra equivalência nas Constituições do México, Argentina, Venezuela e Estados Unidos, para citar alguns países americanos.

ANSEIO

"É preciso aperfeiçoar a representatividade do Distrito Federal. Todos os segmentos sociais manifestaram, durante a recente campanha política, que elegeu os primeiros deputados e senadores de Brasília, o anseio no sentido de que o governador também seja escolhido pelo voto direto e secreto e que o Distrito Federal tenha sua Assembleia Legislativa".